

*Ambiente Hoje Ano 1x no 66  
Agosto 1999 17*

# Parque do Rio Doce sofre dupla ameaça

Em menos de 24 horas, o Parque Estadual do Rio Doce foi ameaçado duas vezes. No dia 8 de agosto, duas pacas e um tatu, mortos, e três quilos de peixe foram apreendidos pela Polícia Florestal com os caçadores José Catarino Araújo e José Eustáquio Jorge, presos em flagrante. E no dia 9 o corretor de imóveis Antônio Viana, em entrevista à Rádio Itatiaia local, afirmou que iniciará a venda de lotes na Ponta do Tomazinho, situada dentro do Parque.

Na década de 70, essa área foi ilegalmente titulada pela Ruralminas para o Sr. Ewerton França, apelidado de Alemão, que pediu na justiça "registro torrens" da área. Como a Ruralminas titulou a área posteriormente à criação do Parque, a justiça anulou o registro.

Segundo o assessor jurídico do IEF, Luiz Chaves, o escritório regional do órgão e a diretoria do Parque do Rio Doce já foram acionados para informar à população que o loteamento é clandestino e qualquer lote que for vendido não será implementado. "Será dinheiro jogado fora", afirma Chaves.

No dia 7 de agosto, foi realizada uma vistoria, por iniciativa do Codema de Timóteo, com participação da Amda, IEF (Instituto Estadual de Florestas), Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente), Câmara de Vereadores de Timóteo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de Timóteo com a finalidade de averiguar a atual situação dos bairros Macuco e Recanto Verde, limítrofes ao Parque do Rio Doce.

O Bairro Macuco é a área que mais ameaça a integridade do Parque, porque limita com o mesmo, sendo que algumas casas estão a menos de 30 metros. E nenhuma providência foi tomada para impedir a expansão nesse local. Foi através dele que os caçadores presos invadiram o Parque.

Desde a criação do Parque, na década de 50, já existiam umas poucas casas no Macuco. No início da década de 90, a Prefeitura de Timóteo, na gestão de Geraldo Nascimento e posteriormente, Leonardo Rodrigues, incentivou seu crescimento, o que levou a Amda, ONGs do Vale do Aço e vereadores a se mobilizarem em defesa do Parque. Mesmo assim, habitam o local hoje, cerca de 3.500 pessoas, 90% das casas situam-se em áreas de risco e o nível sócio econômico é muito baixo.

O prefeito Anchieta Poggiali garantiu que a Prefeitura está atenta e fiscaliza constantemente o bairro para impedir a edificação de novas casas ou barracos. Além do risco das invasões, o esgoto do bairro é jogado num pequeno curso d'água que entra no Parque, levando risco de doenças à fauna silvestre. Depois de muita briga, a Prefeitura, na gestão anterior, assumiu o compromisso de bombear o esgoto para outra área, o que até hoje não aconteceu. A estação foi concluída, mas ainda não está funcionando.

Em maio de 99, em reunião realizada na sede da Amda, Poggiali comprometeu-se a remover todas as casas que foram instaladas em sua administração, o que também ainda não foi feito.

A venda pela Acesita das terras de sua propriedade que margeiam o Parque e que sempre se constituíram numa barreira contra o crescimento da malha urbana em direção ao mesmo, é também considerado uma ameaça pelos ambientalistas. IEF, ONGs, Codema e a Prefeitura querem que a empresa transforme essa faixa de terra em uma unidade de conservação, mas até agora ela tem-se mantido irredutível, criando uma grande polêmica, pois os ambientalistas consideram sua obrigação proteger o Parque.

A Acesita, detém um grande passivo ambiental no Vale do Aço, onde por décadas, foi responsável por despejar toneladas de poluentes atmosféricos resultantes de sua siderúrgica, problema já solucionado. Além disto, foi uma das indutoras da destruição da mata atlântica na região, para fabricação do carvão que durante muitos anos alimentou seus auto-fornos, hoje funcionando com carvão mineral. As entidades ambientalistas querem que a empresa preserve a área, como compensação por esse passivo.